

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 20/2022
(Processo Administrativo nº20.22.0001.0056702.2021-19)

Torna-se público que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Gerência de Dispensas Eletrônicas, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 07/07/2022

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da Fase de Lances: 9:00 às 15:00

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação, em regime de empreitada por preço unitário, de sociedade empresária para locação, transporte, montagem e desmontagem de escoramento metálico para laje de cobertura do subsolo, térreo, 6º e 7º pavimentos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Comarca de Duque de Caxias, localizado na Rua General Dionísio, Quadra 115, Jardim 25 de Agosto – Duque de Caxias / RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá em lote único, obedecendo valores unitários estimados para cada item descrito na planilha orçamentária e cronograma (vide anexos), conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	PREÇO ESTIMADO	LOCAL DE EXECUÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO
1	Contratação de sociedade empresária para locação, transporte, montagem e desmontagem de escoramento metálico para as lages de cobertura do subsolo, térreo, 6º e 7º pavimentos do edifício-sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro na Comarca de Duque de Caxias	22225	R\$ 63.420,00	Laje de cobertura do subsolo, térreo, 6º e 7º andares, localizados na R. General Dionísio, Qd. 115, Jardim 25 de Agosto – Duque de Caxias / RJ	Projeto Executivo = 10 dias corridos / Escoramento = 15 dias corridos / Contrato Firmado por 12 meses. A Fiscalização do MPRJ entrará em contato com a empresa CONTRATADA para que seja agendada uma reunião de partida ("KICK OFF MEETING"), Na ocasião, será emitido pelo MPRJ, e assinado por ambas as partes, o Termo de Início dos serviços, onde estará expressa a data de início, a partir da qual serão contados os prazos contratuais.

1.2.1. Havendo qualquer discordância na especificação entre o código do CATMAT/CATSER e a do Projeto Básico, prevalecerá a do Projeto Básico.

1.3. O critério de julgamento adotado será **o menor preço total**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. penalizados com as sanções do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/1993, do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, e do art. 156, §4º e §5º da Lei 14.133/2021. A vedação configura-se independentemente do órgão que tenha aplicado a penalidade, seja entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta;

2.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.4. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.4.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.5.organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.6.sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1.A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1.Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em

quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

Nota Explicativa: Atentar se o sistema já possui essa funcionalidade instalada. Caso não tenha, desconsiderar o subitem 3.10 e itens subordinados.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 9:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.3.1.O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.3.2.O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 1,00(Um Real)**.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1.O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 5.2.1.Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 5.2.2.A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.2.3.Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.5.1.contiver vícios insanáveis;
- 5.5.2.não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.5.3.apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.5.4.não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 5.8.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;
 - 5.8.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei;
- 5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de

sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 07 (sete) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como

ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1.a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2.as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos

da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade

jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;


9.13.2.1. ANEXO II.1 – Orçamento

9.13.2.2 ANEXO II.2 – Cronograma;

9.13.3. ANEXO III - Planilha Orçamentária;

9.13.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

..... de de 20.....

Documento assinado digitalmente
 MARSON JORGE VIEIRA ALVES
Data: 27/06/2022 19:42:21-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Assinatura da autoridade competente
ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 Qualificação Técnica

- 3.1.1 Para fins de habilitação no certame, a Licitante deverá apresentar os seguintes documentos, com vistas a comprovar sua qualificação técnica para execução do objeto do contrato:
- 3.1.2 Certidão de Registro e/ou inscrição junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU e/ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA do Estado em que for sediada;
- 3.1.3 Pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional deverá comprovar que a empresa possui aptidão para a realização de serviços, sendo vedada a soma dos diferentes atestados para fins de apresentação, em razão da necessidade de comprovação de expertise na execução de obras deste porte: Fornecimento, montagem e desmontagem de escoramento metálico (torres e

escoras pontuais) com volume total de, no mínimo, 670 m³ (seiscentos e setenta metros cúbicos).

- 3.1.4 Para fins de habilitação no ajuste contratual, a Licitante vencedora do certame deverá apresentar os seguintes documentos, com vistas a comprovar sua qualificação técnica para execução do objeto do contrato:
- 3.1.5 Para atendimento à qualificação técnico-profissional, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de assinatura do ajuste contratual, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU e/ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA
- 3.1.6 A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante; ou através do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio ou do contrato de prestação de serviço
- 3.1.7 VISITA TÉCNICA
- 3.1.8 Recomenda-se fortemente que as empresas interessadas vistoriem o local onde serão realizados os serviços, para estudo das condições existentes, tais como acesso, condições de carga e descarga de equipamentos e perfeita avaliação dos serviços que compõem este Projeto Básico, realizando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos.
- 3.1.9 A recomendação justifica-se pelo fato de que o local, onde será executado o objeto licitado, possui diversas interferências com elementos construtivos existentes (rampas de acesso ao estacionamento, máquinas de ar-condicionado, mobiliários, divisórias etc.), os quais poderão ser avaliados in loco juntamente com a descrição técnica com o intuito de determinar previamente as interferências envolvidas durante a execução dos serviços.
- 3.1.10 Caberá à empresa conferir todo objeto da licitação, não cabendo reclamações futuras referentes a escopo e quantidades.
- 3.1.11 O representante, que realizará a visita técnica, deverá possuir registro junto ao CAU/CREA. No momento da visita, deverá apresentar uma carta de credenciamento da empresa contendo as seguintes informações: Razão Social; CNPJ (MF); telefone, endereço e e-mail da empresa; nome, CPF e número de registro no CAU/CREA do representante da Empresa.
- 3.1.12 A visita deverá ser agendada por meio do seguinte contato:

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Rua Rodrigo Silva, nº 26, 20º Andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20011-902 - Telefone: (21) 2215-9262
E-mail: sea.do@mprj.mp.br
Gerência de Planejamento e Orçamento:
• Telefone: (21) 2262-1668

- E-mail: sea.do.gepo@mprj.mp.br
- Horário: das 10:00h às 17:00h

3.1.13. A visita técnica poderá ser realizada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis antes do dia marcado para a abertura da fase de lances de acordo com a disponibilidade da Administração (representante do MPRJ).

3.1.14 No ato da visita, o MPRJ fornecerá ao representante da licitante, uma declaração de visita com os dados fornecidos acima.

3.1.15 A Declaração de visita técnica ao local dos serviços deverá ser apresentada juntamente com os documentos solicitados no Edital. Todos os esclarecimentos complementares deverão ser solicitados aos representantes do contratante, observando-se os prazos previstos no edital da licitação.

3.1.16 A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações e das condições locais do imóvel, bem como dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.1.17 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.1.18 Caso a licitante opte por não realizar a visita técnica, estará automaticamente concordando com os aspectos peculiares à execução dos serviços, não cabendo reclamações futuras ou qualquer impedimento do objeto supracitado.

4 Qualificação Econômico-Financeira:

4.1 - certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

4.2 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

4.2.1 As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.2.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Passivo Circulante



PROJETO BÁSICO

CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA PARA LOCAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESCORAMENTO METÁLICO PARA LAJE DE COBERTURA DO SUBSOLO, TÉRREO, 6º E 7º PAVIMENTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COMARCA DE DUQUE DE CAXIAS, LOCALIZADA NA RUA GENERAL DIONÍSIO, QUADRA 115, JARDIM 25 DE AGOSTO – DUQUE DE CAXIAS / RJ.



SUMÁRIO

1 OBJETO	3
2 JUSTIFICATIVA	3
3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	3
4 ANÁLISE DO PROJETO BÁSICO	6
5 VISITA TÉCNICA.....	6
6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	7
7 SUBCONTRATAÇÃO.....	9
8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (FISCALIZAÇÃO)	9
9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	10
10 OBRIGAÇÕES DO MPRJ.....	16
11 GARANTIA	17
12 SANÇÕES.....	18
13 RELAÇÃO DE ANEXOS	24
14 IDENTIFICAÇÃO DOS ELABORADORES.....	25



1 OBJETO

- 1.1 O objeto do presente PROJETO BÁSICO é a contratação de sociedade empresária para locação, transporte, montagem e desmontagem de escoramento metálico para laje de cobertura do subsolo, térreo, 6º e 7º pavimentos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Comarca de Duque de Caxias, localizado na Rua General Dionísio, Quadra 115, Jardim 25 de Agosto – Duque de Caxias / RJ, conforme descrito no item 6, e de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento.

2 JUSTIFICATIVA

- 2.1 O presente Projeto Básico justifica-se pelo fato de o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) necessitar adotar medidas provisórias de segurança para laje de cobertura do subsolo, térreo, 6º e 7º pavimentos da edificação, tendo em vista a realização de serviços técnicos especializados para verificação de segurança do elemento estrutural em questão, no qual foi identificada a necessidade de execução de obra de reforço.
- 2.2 Desta forma, faz-se necessária a contratação de empresa habilitada na prestação de serviços de Arquitetura e Engenharia para desenvolvimento das atividades elencadas neste Projeto Básico, atendendo assim, ao disposto na Lei 14.133/2021.

3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 Regularidade Jurídica:
- 3.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 3.1.2 No caso de microempreendedor individual: certificado da condição de microempreendedor individual, acompanhado do documento de identificação da pessoa física/microempreendedor.
- 3.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.



- 3.1.4 No caso de sociedades anônimas (por ações), o Estatuto Social deverá vir acompanhado: (I) dos documentos de eleição de seus administradores; (II) da publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, ou a veiculação na imprensa oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, na forma do art. 94 c/c art. 289 da Lei nº 6.404/76.
- 3.1.5 No caso de proponente estrangeira em funcionamento no país, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 3.1.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, se for o caso.
- 3.2 Regularidade fiscal e trabalhista:
- 3.2.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 3.2.2 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 3.2.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, através da apresentação das respectivas certidões negativas de débito ou positivas com efeito de negativas do domicílio fiscal ou sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da lei, ressalvada a hipótese de a proponente não ser contribuinte de um destes órgãos, caso em que deverá apresentar a Certidão de Não Contribuinte.
- 3.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.



3.2.5 Carta assinada pelo responsável ou procurador da licitante com a seguinte declaração:
“Declaramos, sob as penas da lei, que em rigorosa observância ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, não há em nosso quadro de empregados qualquer menor de dezoito anos exercendo trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem, tampouco, qualquer menor de dezesseis anos. Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que caso venhamos a empregar algum menor de dezesseis anos, somente o faremos quando ele for maior de quatorze anos e unicamente na condição de aprendiz”.

3.3 Requisitos de habilitação:

3.3.1 **Para fins de habilitação no certame**, a Licitante deverá apresentar os seguintes documentos, com vistas a comprovar sua qualificação técnica para execução do objeto do contrato:

3.3.1.1 Certidão de Registro e/ou inscrição junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU e/ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA do Estado em que for sediada;

3.3.1.2 Pelo menos 01 (um) **Atestado de Capacidade Técnico-Operacional** deverá comprovar que a empresa possui aptidão para a realização de serviços, sendo vedada a soma dos diferentes atestados para fins de apresentação, em razão da necessidade de comprovação de expertise na execução de obras deste porte:

3.3.1.2.1 Fornecimento, montagem e desmontagem de escoramento metálico (torres e escoras pontuais) com volume total de, no mínimo, 670 m³ (seiscentos e setenta metros cúbicos).

3.3.2 **Para fins de habilitação no ajuste contratual**, a Licitante vencedora do certame deverá apresentar os seguintes documentos, com vistas a comprovar sua qualificação técnica para execução do objeto do contrato:

3.3.2.1 Para atendimento à **qualificação técnico-profissional**, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de assinatura do ajuste contratual, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU e/ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;



- 3.3.2.2 A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante; ou através do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio ou do contrato de prestação de serviço.

4 ANÁLISE DO PROJETO BÁSICO

- 4.1 Antes de apresentarem suas propostas, os licitantes deverão analisar o PROJETO BÁSICO e todos os seus ANEXOS conjuntamente.
- 4.2 A eventual ausência de itens em um ou outro documento fornecido em PROJETO BÁSICO, não constituirá motivo para que a CONTRATADA deixe de executá-lo.

5 VISITA TÉCNICA

- 5.1 **Recomenda-se fortemente que as empresas interessadas vistoriem o local onde serão realizados os serviços**, para estudo das condições existentes, tais como acesso, condições de carga e descarga de equipamentos e perfeita avaliação dos serviços que compõem este Projeto Básico, realizando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos.
- 5.2 A recomendação justifica-se pelo fato de que o local, onde será executado o objeto licitado, possui diversas interferências com elementos construtivos existentes (rampas de acesso ao estacionamento, máquinas de ar-condicionado, mobiliários, divisórias etc.), os quais poderão ser avaliados *in loco* juntamente com a descrição técnica com o intuito de determinar previamente as interferências envolvidas durante a execução dos serviços.
- 5.3 Caberá à empresa conferir todo objeto da licitação, não cabendo reclamações futuras referentes a escopo e quantidades.
- 5.4 O representante, que realizará a visita técnica, deverá possuir registro junto ao CAU/CREA. No momento da visita, deverá apresentar uma carta de credenciamento da empresa contendo as seguintes informações: Razão Social; CNPJ (MF); telefone, endereço e e-mail da empresa; nome, CPF e número de registro no CAU/CREA do representante da Empresa.
- 5.5 A visita deverá ser agendada por meio do seguinte contato:



Gerência de Planejamento e Orçamento:

- Telefone: (21) 2262-1668
- E-mail: sea.do.gepo@mprj.mp.br
- Horário: das 10:00h às 17:00h

- 5.6 A visita técnica poderá ser realizada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis antes do dia marcado para a abertura da licitação de acordo com a disponibilidade da Administração (representante do MPRJ).
- 5.7 No ato da visita, o MPRJ fornecerá ao representante da licitante, uma declaração de visita com os dados fornecidos acima.
- 5.8 A Declaração de visita técnica ao local dos serviços deverá ser apresentada juntamente com os documentos solicitados no Edital. Todos os esclarecimentos complementares deverão ser solicitados aos representantes do contratante, observando-se os prazos previstos no edital da licitação.
- 5.9 A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações e das condições locais do imóvel, bem como dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 5.10 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 5.11 Caso a licitante opte por não realizar a visita técnica, estará automaticamente concordando com os aspectos peculiares à execução dos serviços, não cabendo reclamações futuras ou qualquer impedimento do objeto supracitado.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Regime de Execução:

- 6.1.1 A CONTRATADA deverá executar todo o serviço necessário e obrigatório para a perfeita realização do objeto contratado em regime de **“empreitada por preço unitário”**, responsabilizando-se pelo fornecimento e custos referentes à mão de obra, material, equipamentos, insumos, impostos e taxas, tudo em conformidade com as condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus Anexos.



6.2 Valor:

- 6.2.1 A estimativa do valor para a contratação tomou por base pesquisas de mercado devido ao objeto em questão não constar nas bases públicas e privadas usadas como bases prioritárias.
- 6.2.2 A metodologia de estimativa de preços respeitou o previsto no Decreto Estadual N° 46.642 de 17 de abril de 2019, observadas as disposições do Capítulo IV.
- 6.2.3 O **valor orçado** para a execução do objeto descrito neste PROJETO BÁSICO está expresso no **ANEXO II - ORÇAMENTO**.

6.3 Prazo:

- 6.3.1 O início da execução do objeto deste PROJETO BÁSICO se dará na data determinada no Termo de Início dos Serviços que será entregue pela equipe de fiscalização do MPRJ.
- 6.3.2 A empresa vencedora do certame deverá seguir o Cronograma Físico-Financeiro que está detalhado no **ANEXO III – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**.
- 6.3.3 A execução dos serviços deverá seguir o seguinte prazo:
- 6.3.3.1 O projeto executivo de escoramento metálico deverá ser entregue para análise e aprovação da Fiscalização MPRJ em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de início constante no Termo de Início dos Serviços;
- 6.3.3.2 Todo o escoramento (torres metálicas e escoras pontuais) deverá ser montado conforme projeto executivo, em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de aprovação do projeto, dada pela equipe de Fiscalização do MPRJ.
- 6.3.4 O presente contrato será firmado pelo período de 12 (doze) meses consecutivos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, conforme dispõe a legislação.

6.4 Descrição do Serviço:

- 6.4.1 A empresa vencedora do certame se obrigará por contrato a executar os serviços objeto desta contratação, conforme exposto nos seguintes ANEXOS:
- ANEXO I – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS;
 - ANEXO II – ORÇAMENTO;



- ANEXO III – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

6.5 Local de entrega e instalação:

- 6.5.1 Os serviços de entrega e montagem do escoramento, assim como sua retirada ao final do contrato, deverão ser realizados na Rua General Dionísio, Quadra 115, Jardim 25 de Agosto – Duque de Caxias / RJ, após prévio agendamento com a Fiscalização MPRJ, por meio do telefone (21) 2262-7021, no horário entre 10:00 e 17:00h.

7 SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1 É vedada a subcontratação total do objeto deste Projeto Básico. A CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do serviço, com prévia autorização e até o limite admitido pela Equipe de Fiscalização do MPRJ, comprovando a idoneidade técnica do subcontratado para a execução do serviço.
- 7.2 Quando autorizada pelo MPRJ a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, a sociedade empresária contratada deverá realizar a supervisão e coordenação das atividades, bem como responderá perante o MPRJ pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (FISCALIZAÇÃO)

- 8.1 A Fiscalização do MPRJ entrará em contato com a empresa CONTRATADA para que seja agendada uma reunião de partida (“KICK OFF MEETING”), oportunidade na qual informará todos os procedimentos pertinentes a execução dos serviços, esclarecendo eventuais dúvidas e apresentando os membros da equipe de fiscalização do MPRJ.
- 8.2 Na ocasião, será emitido pelo MPRJ, e assinado por ambas as partes, o Termo de Início dos serviços, onde estará expressa a data de início, a partir da qual serão contados os prazos contratuais.



- 8.3 Outros elementos básicos no projeto que são do interesse do MPRJ também podem ser discutidos nesta reunião (cronograma, frequência de medições, efetivo mínimo, relatório de status, manual básico de liquidação e pagamento das despesas de contrato, etc.), bem como expectativas do MPRJ quanto à postura da CONTRATADA em relação aos aspectos de segurança do trabalho (QSMS) e seus responsáveis, uso de EPI completo e direcionado a cada atividade, manobra de equipamentos de cargas pesadas (RIGGER), e outros aspectos operacionais de relevância, tais como alimentação e pronto socorro.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 PRESCRIÇÕES INICIAIS

9.1.1 A CONTRATADA deverá:

- 9.1.1.1 Desenvolver todas as ações enumeradas neste PROJETO BÁSICO, fornecendo toda a mão de obra, equipamentos e serviços especificados necessários, atendendo às recomendações pertinentes, às Normas Técnicas da ABNT, além das orientações da Secretaria de Engenharia e Arquitetura;
- 9.1.1.2 Entregar os serviços, objeto do presente PROJETO BÁSICO, dentro do prazo estipulado e manter durante a sua execução, as mesmas características e condições de habilitação e qualificação técnica;
- 9.1.1.3 Executar os serviços de transporte vertical, montagem, desmontagem e inspeção em horários previamente planejados junto à equipe de Fiscalização MPRJ;
- 9.1.1.4 Durante a montagem e desmontagem, a CONTRATADA deverá isolar, proteger e sinalizar a área;
- 9.1.1.5 Efetuar a entrega integral do objeto no prazo e no local determinados, constantes neste Projeto Básico, observando as especificações presentes neste documento e seus ANEXOS;
- 9.1.1.6 Adotar, sem ônus para a contratante, todos os meios necessários ao rigoroso atendimento de quaisquer obrigações contratuais, inclusive dos prazos estabelecidos, não devendo usar a distância ou qualquer outra dificuldade como escusa de eventuais descumprimentos contratuais;



- 9.1.1.7 Cumprir todas as obrigações constantes do Projeto Básico e seus anexos, bem como a proposta comercial do serviço ofertado, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 9.1.1.8 Substituir ou reparar, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;
- 9.1.1.9 Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização do MPRJ e manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do contrato e, também, às demais informações internas do MPRJ, a que a CONTRATADA tiver conhecimento;
- 9.1.1.10 Entregar os documentos nos prazos fixados e sempre que a equipe de fiscalização do MPRJ exigir, incluindo pareceres técnicos, quando solicitados;
- 9.1.1.11 Comunicar ao MPRJ, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecedem a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.1.12 Confirmar o recebimento de toda e qualquer notificação enviada pela equipe de Fiscalização MPRJ em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da data do envio da respectiva notificação;
- 9.1.1.13 Caberá à CONTRATADA, resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do seu recebimento, de toda e qualquer notificação enviada pelo MPRJ;
- 9.1.1.14 É de responsabilidade da CONTRATADA, garantir a qualidade do material fornecido, bem como encargos, transportes, carga, descarga, taxas, impostos e outras despesas necessárias ao fornecimento e perfeito funcionamento do objeto, inclusive as eventuais substituições por defeitos ocorridos, durante as definições do prazo de garantias previstas neste Projeto Básico, sem ônus para o MPRJ, salvo os casos de danos gerados por uso inadequado;
- 9.1.1.15 Dar ciência imediata, e por escrito, ao MPRJ de qualquer anormalidade na execução do serviço, bem como, prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MPRJ;
- 9.1.1.16 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento;



- 9.1.1.17 Recuperar áreas ou bens direto ou indiretamente relacionados ao seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a prejudicá-las;
- 9.1.1.18 A CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente à legislação trabalhista em vigor, notadamente no que se refere às diferentes possibilidades de contratação da equipe que atuará na execução do objeto do presente contrato. Caso a CONTRATADA opte por realizar a contratação sob o regime jurídico diverso do celetista, deverá, previamente ao início do serviço, comprovar a inexistência de subordinação, alteridade, pessoalidade e/ou habitualidade;
- 9.1.1.19 Executar os serviços em horários planejados e autorizados previamente junto à equipe de Fiscalização do MPRJ;
- 9.1.1.20 Realizar a inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO) no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data determinada no Termo de Início dos Serviços;
- 9.1.1.21 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 9.1.1.21.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 9.1.1.21.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber aos seguintes procedimentos:
- 9.1.1.21.2.1 Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;
- 9.1.1.21.2.2 Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;



- 9.1.1.21.2.3 Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 9.1.1.21.2.4 Resíduos Classe D (perigosos contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 9.1.1.21.3 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 9.1.1.21.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBRs: 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004”;
- 9.1.1.22 A CONTRATADA deverá seguir as recomendações impostas pela legislação municipal, do local de execução do objeto licitado, para prevenção da COVID-19.

9.2 ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.2.1 A administração dos serviços correrá por conta da CONTRATADA.
- 9.2.2 Os serviços de entrega, montagem e desmontagem do escoramento deverão priorizar o horário comercial, com isolamento, proteção e sinalização das áreas afetadas.
- 9.2.3 Quaisquer serviços que interfiram em áreas ocupadas por atividades exercidas pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, deverão ser previstos e planejados com antecedência e programados junto à equipe de fiscalização do MPRJ, por meio do seu órgão fiscalizador.
- 9.2.4 A mão de obra necessária para a plena execução do objeto licitado será de total responsabilidade da CONTRATADA.



- 9.2.5 Para liberação de acesso às dependências do MPRJ, a CONTRATADA deverá providenciar lista de funcionários contendo nome completo e número de documento de Identificação, e enviar com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, por endereço eletrônico, para a equipe de fiscalização do MPRJ.
- 9.2.6 Todos os serviços especificados deverão ser executados por profissionais especializados e habilitados, supervisionados por uma equipe de técnicos e engenheiros especializados e habilitados, devidamente registrados no órgão regulador.
- 9.2.7 A equipe de fiscalização do MPRJ poderá solicitar à CONTRATADA os itens necessários à comprovação da experiência ou capacidade técnica de mão de obra empregada, sua substituição e substituição de qualquer elemento ou processo utilizado na execução dos serviços.
- 9.2.8 Não poderá trabalhar durante a execução do serviço, profissional sem registro ou que não possua contrato formal de prestação de serviços.
- 9.2.9 A CONTRATADA deverá providenciar e manter no local um cadastro com cópias dos documentos de identificação de todos os trabalhadores envolvidos no serviço.
- 9.2.10 A CONTRATADA deverá assumir todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços;
- 9.2.11 A CONTRATADA deverá acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seu pessoal, as disposições contidas na legislação específica do trabalho.
- 9.2.12 A CONTRATADA deverá manter permanente contato com a equipe de fiscalização do MPRJ, durante a execução dos serviços e participar, com a equipe técnica, de reuniões eventualmente definidas pela referida equipe de fiscalização.
- 9.2.13 A CONTRATADA deverá nomear um responsável técnico, com autoridade para tomar decisões, controlar, orientar, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, disponibilizando um número telefônico para contato durante a execução dos serviços.
- 9.2.14 O responsável técnico pela execução do serviço será o representante da CONTRATADA junto à Administração, podendo, sem prejuízo de sua responsabilidade pessoal, fazer-se representar, após comunicação formal à equipe de fiscalização do MPRJ por técnico habilitado e com registro pelo CREA ou CAU da região, em pleno uso de suas atribuições profissionais.



- 9.2.15 Se o responsável técnico ou qualquer integrante da equipe técnica da sociedade empresária contratada não corresponder às exigências para a adequada condução dos trabalhos, poderá a equipe de fiscalização do MPRJ exigir a sua imediata substituição, no interesse do serviço, sem que essa iniciativa implique em modificações de prazo ou de condições contratuais.
- 9.2.16 A CONTRATADA deverá reparar quaisquer danos ocorridos no local de trabalho, ou em outras partes do imóvel, durante a execução dos serviços.
- 9.2.17 A aceitação de qualquer etapa pela equipe de fiscalização do MPRJ, não exime a CONTRATADA da garantia e responsabilidade pelo referido serviço, de acordo com a legislação vigente.
- 9.3 Será realizado pela CONTRATADA um acompanhamento mensal, que deverá ser sempre aferido pela equipe de fiscalização do MPRJ. Esse procedimento virá a facilitar não só o acompanhamento dos serviços, mas também a forma como estes estão se desenvolvendo e a sua obediência aos parâmetros predispostos no Cronograma.
- 9.3.1 A Contratada deverá relatar o acompanhamento do Avanço Físico/Financeiro dos serviços, sempre demonstrando a correlação direta entre planejado e o executado e esse vínculo irá facilitar o desempenho das medições, o respeito aos prazos pré-estabelecidos, a fidelidade no alcance dos marcos contratuais e as eventuais correções de curso, quando houver a necessidade de serem implementadas.
- 9.4 SEGURANÇA DO TRABALHO
- 9.4.1 Por ocasião da execução dos serviços, a Contratada deverá seguir as prescrições da norma NBR 7678 - Segurança na execução de obras e serviços de construção, assim como as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial a NR-4, que trata do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), a NR-5, que trata da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), a NR-6, que trata de Equipamento de Proteção Individual - EPI e demais normas pertinentes.
- 9.4.2 A Contratada deverá garantir que seus empregados trabalhem uniformizados e utilizando os Equipamentos de Proteção Individual exigíveis para os serviços (o uso de capacete e botas será exigido para qualquer serviço).



9.4.3 A CONTRATADA responderá, nos termos da Legislação vigente, por quaisquer acidentes ocorridos com o pessoal, material, partes do imóvel, instalações ou equipamentos sob sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução do serviço e/ou em consequência destes. Assim sendo, caberá à CONTRATADA o reparo dos acidentes ocorridos, bem como seus ônus.

9.5 MATERIAIS

9.5.1 As especificações dos materiais e equipamentos referem-se basicamente a indicações do tipo e padrão de qualidade requerido.

9.5.2 Somente será admitido o uso de materiais similares de qualidade igual ou superior aos especificados nos documentos que compõem este PROJETO BÁSICO, após a aprovação pela equipe de fiscalização do MPRJ.

9.5.3 Todos os materiais empregados deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, e os equipamentos fornecidos e/ou instalados em perfeito estado de funcionamento, sob pena de serem substituídos, mesmo depois de já estarem utilizados ou empregados no local dos serviços.

9.5.4 Todo material entregue deverá estar acompanhado da respectiva nota fiscal com a especificação do produto, em quantidade compatível com a necessidade do consumo e com o endereço do local de execução dos serviços.

9.6 LIMPEZA GERAL

9.6.1 O local dos serviços deverá ser mantido em perfeito estado de conservação e limpeza durante todo o período de execução do serviço, assim como no momento da desmontagem e retirada das escoras.

10 OBRIGAÇÕES DO MPRJ

10.1 O MPRJ deverá:

10.1.1 Proporcionar todas as condições indispensáveis para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas;

10.1.2 Permitir ao pessoal técnico da CONTRATADA, o livre acesso aos locais e instalações objeto da execução dos serviços;



10.1.3 Prestar aos representantes da CONTRATADA as informações e esclarecimentos possíveis que eventualmente venham a ser solicitados sobre o objeto deste PROJETO BÁSICO;

10.1.4 Todas as comunicações e decisões entre a equipe de fiscalização do MPRJ e a CONTRATADA deverão ser documentadas;

10.1.5 Acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução dos serviços contratados por meio da equipe de fiscalização do MPRJ, e manter permanente contato com a CONTRATADA através dos canais disponíveis. A existência da fiscalização do MPRJ de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da Licitante vencedora na prestação dos serviços a serem executados.

11 GARANTIA

11.1 A aceitação dos serviços pela equipe de fiscalização do MPRJ não exime a CONTRATADA da garantia e responsabilidade por eventuais falhas ou defeitos, de acordo com o disposto no Código Civil.

11.2 A contratada ficará obrigada, durante todo o período da locação, a prestar garantia/assistência técnica aos produtos entregues, a partir da data da respectiva entrega, devendo substituir, no todo ou em parte, às suas expensas, quaisquer materiais que apresentem defeitos ou vícios, desde que não tenham sido causados por mau uso.

11.3 Durante a vigência da garantia, todas as peças, componentes ou quaisquer outros materiais relacionados ao objeto que apresentarem quebra ou avaria decorrentes de vícios da execução, deverão ser substituídos pela CONTRATADA, e todo e qualquer reparo deverá ser realizado, sem ônus para o MPRJ, inclusive no que tange à mão-de-obra e procedimentos necessários para o reparo e/ou substituição.

11.4 Após o recebimento de notificação da necessidade de reparo na execução de serviços, a CONTRATADA terá prazo de 01 (um) dia corrido para resposta e vistoria do objeto e 01 (um) dia corrido para encaminhar à Fiscalização do MPRJ, cronograma para execução dos serviços necessários.

11.5 O prazo para a substituição será de até 02 (dois) dias consecutivos a contar do envio do cronograma, citado no parágrafo anterior, aprovado pelo Ministério Público acerca do problema.



- 11.6 Em caso de comprometimento grave dos equipamentos locados, a CONTRATADA deverá realizar a substituição dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da emissão da notificação.
- 11.7 No caso de substituição dos produtos, as novas unidades terão os mesmos prazos de garantia originalmente concedidos aos substituídos, a contar da data que ocorrer a substituição.

12 SANÇÕES

- 12.1 O contrato deverá ser fielmente executado pela CONTRATADA, respondendo esta pelas consequências de sua inexecução parcial ou total, nos termos da Lei nº 14.133/21.
- 12.2 A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- I - Advertência;
 - II – Multa;
 - III – Impedimento de licitar e contratar;
 - IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3 DEMAIS INFRAÇÕES CONTRATUAIS:
- 12.3.1 Poderá a Administração aplicar multa pelos eventos abaixo elencados os quais configuram infração às normas previstas contratualmente.
- 12.3.2 Infrações em que ocorrerá aplicação de multa calculada de acordo com o grau:

GRAU	VALOR ESTIMADO			
1	R\$	128,00	a	R\$ 307,20
2	R\$	294,40	a	R\$ 704,00
3	R\$	640,00	a	R\$ 1.280,00
4	R\$	1.152,00	a	R\$ 2.048,00
5	R\$	1.536,00	a	R\$ 2.624,00
6	R\$	2.560,00	a	R\$ 4.096,00
7	R\$	3.200,00	a	R\$ 5.120,00
8	R\$	4.480,00	a	R\$ 6.400,00



INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
Não seguir as recomendações de prevenção da COVID-19	1	Por ocorrência
Deixar de providenciar e manter no local cadastro com cópias dos documentos de identificação de todos os trabalhadores	1	Por ocorrência
Deixar de cumprir demais obrigações contratuais acessórias	2	Por ocorrência
Deixar de responder às comunicações emitidas pelo MPRJ no prazo de 48 (quarenta e oito) horas	1	Por ocorrência
Deixar de apresentar nota fiscal com a especificação dos materiais e produtos utilizados, ou descumprir outra obrigação acessória	1	Por ocorrência
Não manter o local dos serviços em perfeito estado de conservação e limpeza durante todo o período de execução do objeto	1 a 2	Por ocorrência
Não retirar o entulho proveniente da execução dos serviços	2	Por ocorrência
Não assumir os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços	3	Por ocorrência
Atraso na apresentação de documentos exigidos pela equipe de fiscalização do MPRJ	1	Por ocorrência
Deixar de obter autorização prévia junto ao MPRJ para realização de serviços que interfiram em áreas ocupadas por atividades exercidas pelo MPRJ	3	Por ocorrência
Não dar ciência imediata, por escrito, ao MPRJ, de qualquer anormalidade na execução do serviço	3 a 4	Por ocorrência
Deixar de dar ciência e providências imediatas à fiscalização frente a qualquer incidente ou acidente nas frentes de serviço	3 a 6	Por ocorrência



Deixar de executar, sem justificativa, os serviços conforme detalhes apresentados nos desenhos fornecidos pela Secretaria de Engenharia e Arquitetura	3 a 5	Por ocorrência
Não realizar o reparo de quaisquer defeitos de execução do objeto do contrato, inclusive, após o recebimento provisório, nos termos legais e contratuais	3 a 5	Por ocorrência
Atraso no prazo para resposta e vistoria para realização de reparo de quaisquer defeitos de execução do objeto do contrato, inclusive, após o recebimento provisório, nos termos legais e contratuais	1	Por dia de atraso
Não realizar limpeza no imóvel após desmontagem e retirada do escoramento	3	Por ocorrência
Veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização do MPRJ e/ou não manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do contrato e também às demais informações internas do MPRJ, a que a CONTRATADA tiver conhecimento	3	Por ocorrência
Trabalhar no local dos serviços profissional sem registro, habilitação ou que não possua contrato formal de prestação de serviços	1 a 4	Por ocorrência
Atraso de até 30 (trinta) dias na mobilização e/ou início dos serviços. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, considerar-se-á ocorrida a inexecução total do contrato.	3	Por dia de atraso, limitado à 30 dias
Não providenciar o reparo de quaisquer danos ocorridos no local de trabalho, ou em outras partes do imóvel, durante a execução dos serviços	1 a 3	Por ocorrência
Deixar de apresentar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, Plano de Ação para realização de reparos após a notificação do MPRJ exigindo-o.	3	Por ocorrência



Deixar de seguir as normas de segurança no trabalho	1 a 4	Por ocorrência
Deixar de seguir as diretrizes de segurança e saúde ocupacional	1 a 4	Por ocorrência
Deixar de fornecer E.P.I. (Equipamento de Proteção Individual), treinamento de uso ou controlar os C.A.s (Certificado de Aprovação) dos mesmos, devendo esses serem especificados e dimensionados de acordo com ambiente, função e atividade desenvolvida pelo colaborador	1	Por ocorrência
Deixar de registrar a C.A.T. (Comunicação de Acidente de Trabalho), bem como deixar de apresentá-la à fiscalização do MPRJ no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados a partir da data do acidente, devendo ainda apresentar juntamente a esta, relatório que identifique as causas, elenque as consequências, e determine as medidas corretivas necessárias	1	Por ocorrência
Realizar demolições e retirada de material e/ou entulho fora das condições estipuladas pelo MPRJ no PROJETO BÁSICO	2	Por ocorrência
Provocar danos nas estruturas do imóvel ou imóveis vizinhos em função de retiradas de material ou entulho e não apresentar cronograma para reparos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas	2	Por ocorrência
Executar alteração de Projeto Executivo e ou de itens contidos nos Anexos sem apresentar para aprovação e autorização prévia do órgão fiscalizador do MPRJ	2 a 5	Por ocorrência
Apresentar desvio entre o previsto (no cronograma Físico-Financeiro) x executado em mais de 10% (dez por cento)	3	Por ocorrência
No caso supracitado, não apresentar plano de recuperação do cronograma, aceito pela Fiscalização do MPRJ, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da data de entrega da medição. Recebida notificação do MPRJ com previsão do novo prazo para entrega, e sendo este desrespeitado, será considerada nova ocorrência e aplicada a sanção ora prevista	3	Por ocorrência



Deixar de fornecer e/ou elaborar toda e qualquer documentação obrigatória ou solicitada pelo MPRJ	2	Por ocorrência
Deixar de providenciar o registro da obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO) no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data determinada no Termo de Início dos Serviços	4	Por dia de atraso
Deixar de enviar via de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do Profissional Responsável pela Execução da Obra (PREO) comprovadamente paga e de acordo com sua habilitação técnica, no prazo de 07 (sete) dias corridos contados da assinatura do Termo de Início dos Serviço. Recebida notificação do MPRJ com previsão do novo prazo para entrega, e sendo este desrespeitado, será considerada nova ocorrência e aplicada a sanção ora prevista	2 a 4	Por ocorrência
Deixar de entregar Projeto Executivo conforme solicitado nos anexos, bem como relatórios técnicos, causando atraso na execução dos serviços	2 a 7	Por ocorrência
Condutas não previstas nos itens desta tabela, mas que reflitam descumprimento contratual	1 a 8	Por ocorrência

12.4 INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO:

12.4.1 Pode-se considerar inexecução parcial do contrato, passível de aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor atual do contrato, a CONTRATADA apresentar desvio entre o previsto (no cronograma Físico-Financeiro) e o efetivamente executado em mais de 10% (dez por cento), não corrigindo o referido desvio no prazo definido no cronograma de recuperação aprovado pelo MPRJ, por mais de uma vez.

12.4.2 Pode-se considerar também inexecução parcial do contrato, passível de aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, a execução dos serviços em prazo superior ao previsto, quando o atraso decorrer de culpa exclusiva da contratada.



12.5 INEXECUÇÃO TOTAL DO CONTRATO:

12.5.1 A inexecução total poderá ensejar a aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estabelecido em contrato.

12.5.2 Caracteriza-se como inexecução total do contrato, a Contratada não iniciar a elaboração do projeto executivo, o fornecimento e a montagem do material, sem justificativa prévia (a ser avaliada pela equipe de Fiscalização MPRJ), após 30 (trinta) dias do exaurimento do prazo previsto neste Projeto Básico.

12.6 PAGAMENTO DA MULTA:

12.6.1 O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida à CONTRATADA.

12.6.2 Se o valor da fatura for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.7 EXTINÇÃO DO CONTRATO:

12.7.1 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser extinto unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a IX, da Lei nº 14.133/2021.

12.7.2 Cabe destacar que toda conduta da CONTRATADA que, por ação ou omissão, caracterize descumprimento de obrigação contratual ou legal, ainda que não prevista expressamente no rol de obrigações e sanções do presente Projeto Básico, será devidamente apurada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, estando a sociedade empresária sujeita às penalidades administrativas, civis ou penais pertinentes.



13 RELAÇÃO DE ANEXOS

ANEXO I

Título
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

ANEXO II

Título
ORÇAMENTO

ANEXO III

Título
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO



14 IDENTIFICAÇÃO DOS ELABORADORES

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

Setor	Responsável/Cargo	Assinatura
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DE ORÇAMENTO	Carolina Argemiro da Silva (Engenheira Civil)	Carolina Argemiro da Silva Assinado de forma digital por Carolina Argemiro da Silva Dados: 2022.04.11 17:28:35 -03'00'
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DE ORÇAMENTO	Renata de Souza Barros (Técnica em Edificações)	Renata de Souza Barros Assinado de forma digital por Renata de Souza Barros Dados: 2022.04.12 08:22:43 -03'00'
NÚCLEO ADMINISTRATIVO DA DIRETORIA DE PROJETOS	Ana Angélica de O. Bezerra (Auxiliar Administrativo)	Ana Angélica de Oliveira Bezerra Assinado de forma digital por Ana Angélica de Oliveira Bezerra Dados: 2022.04.11 14:41:57 -03'00'
NÚCLEO ADMINISTRATIVO DA SEA	Manoela Magalhães Almeida (Analista Administrativo)	Manoela Magalhães Almeida Assinado de forma digital por Manoela Magalhães Almeida Dados: 2022.04.12 10:29:13 -03'00'

GERÊNCIA RESPONSÁVEL

Setor	Responsável/Cargo	Assinatura
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DE ORÇAMENTO	Anderson Gasparello Pacheco (Gerente de Planejamento e Orçamento)	Anderson Gasparello Pacheco Assinado de forma digital por Anderson Gasparello Pacheco Dados: 2022.04.12 16:10:45 -03'00'

AUTORIZAÇÃO PARA SEGUIMENTO DO PROJETO BÁSICO

Responsável / Cargo	Assinatura
Paulo Cesar Santos Diretor de Obras (DOSEA)	Paulo Cesar Santos Assinado de forma digital por Paulo Cesar Santos Dados: 2022.04.12 19:35:25 -03'00'



ANEXO I
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	3



1 INTRODUÇÃO

Este anexo é parte integrante do Projeto Básico elaborado para contratação de sociedade empresária para locação, manutenção, transporte, montagem e desmontagem de escoramento metálico para a sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em Duque de Caxias, localizada na Rua General Dionísio, Quadra 115, Jardim 25 de Agosto – Duque de Caxias / RJ, e apresenta a descrição do escopo dos serviços, bem como croquis de locação do referido escoramento.

2 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Elaboração de projeto executivo de escoramento metálico, incluindo emissão de ART

2.1.1 Pavimento Térreo e Subsolo

O projeto executivo deverá prever 10 (dez) torres metálicas com capacidade de 120 kN (cento e vinte quilo-Newtons) cada, das quais 05 (cinco) ficarão dispostas no pavimento térreo e as demais no subsolo, conforme croquis esquemático apresentado abaixo.

Na elaboração do projeto executivo, a CONTRATADA deverá considerar que as torres metálicas montadas no subsolo deverão ser dispostas na projeção daquelas montadas no pavimento térreo.

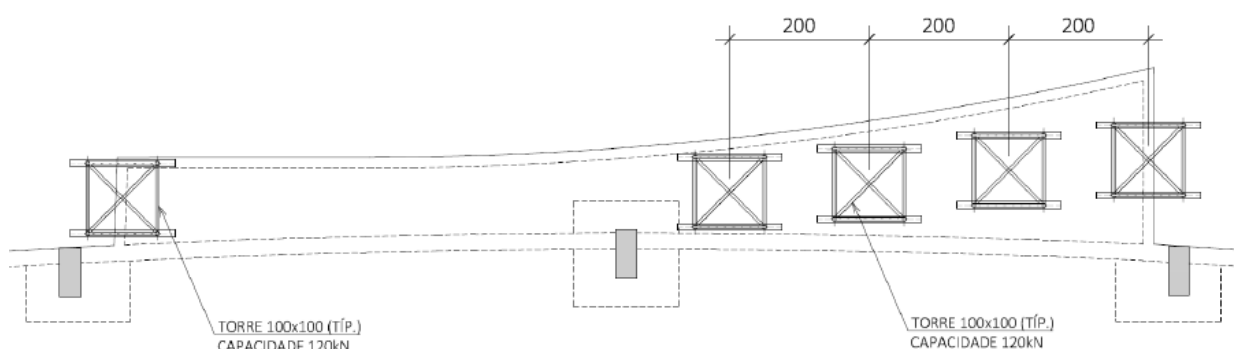
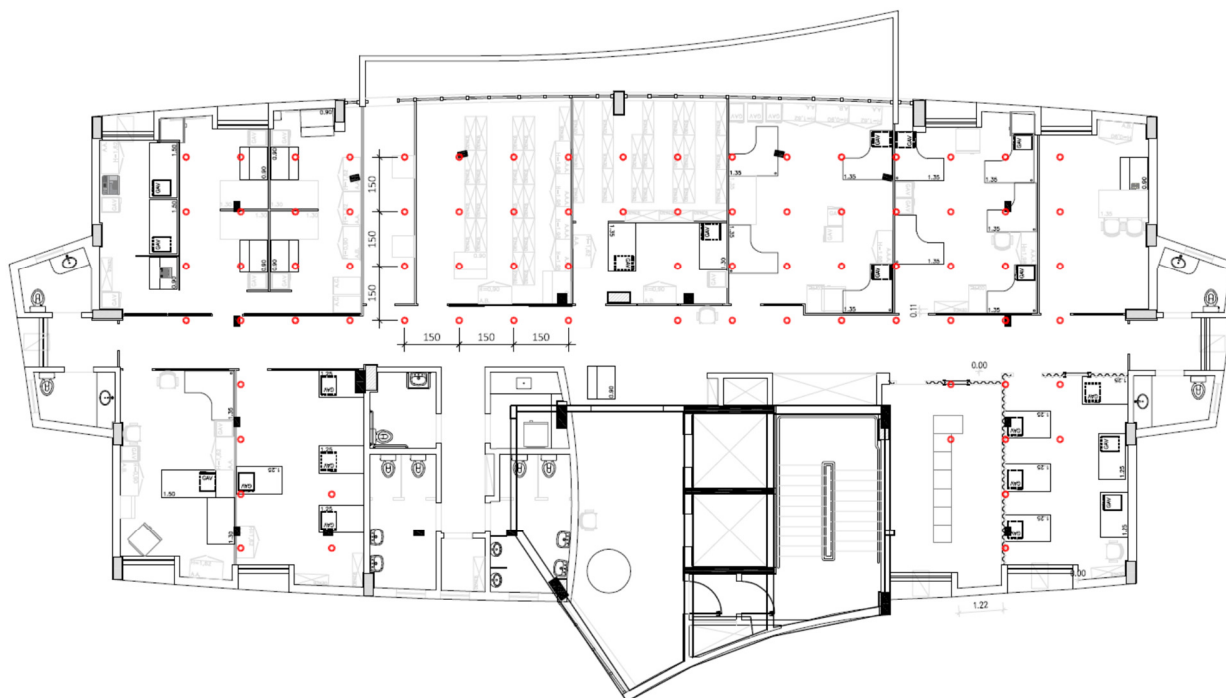


Figura 1 - Croquis Esquemático de disposição das torres nos pavimentos térreo e subsolo

2.1.2 7º Pavimento e Cobertura

Para o escoramento da Cobertura e do 7º pavimento, o projeto executivo deverá prever 112 (cento e doze) escoras telescópicas pontuais, com capacidade de 15 kN (quinze quilo-Newtons) cada, das quais 32 (trinta e duas) ficarão dispostas no 6º pavimento, para escoramento da laje de piso do 7º pavimento, e as demais escoras ficarão no 7º pavimento, para escoramento da laje de piso da Cobertura, conforme croquis esquemático a seguir.



1 **ESCORAMENTO COBERTURA** (80 ESCORAS PONTUAIS PARA 15kN)
S/ESC.



2 **ESCORAMENTO 7º PAVIMENTO** (32 ESCORAS PONTUAIS PARA 15kN)
S/ESC.

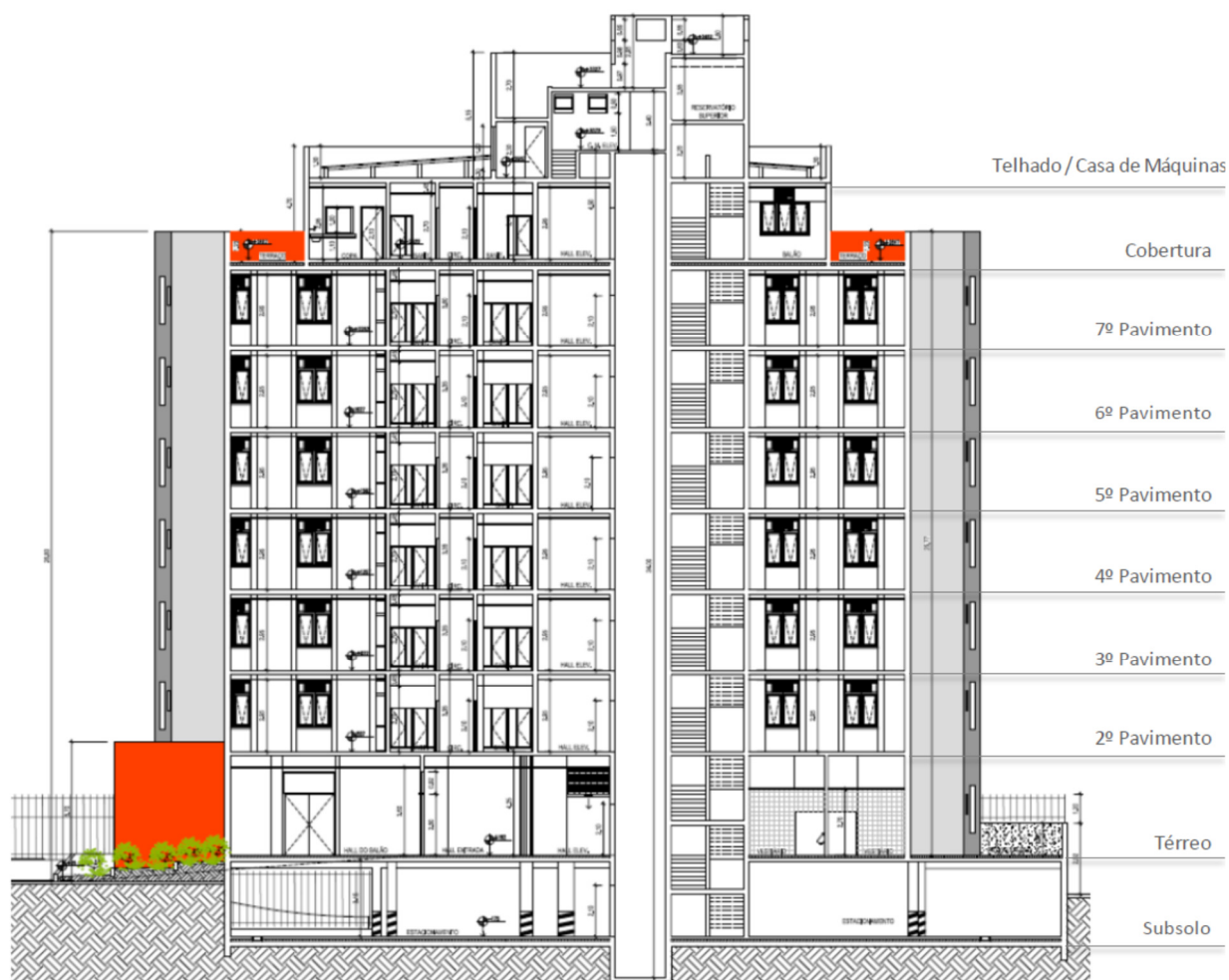


Figura 2 - Esquema Vertical da Edificação

2.1.3 Condições gerais

- No projeto executivo deverão constar detalhes e instruções específicas para montagem das escoras e torres, de acordo com as instruções indicadas no catálogo técnico dos equipamentos;
- As informações técnicas referentes à capacidade de carga também deverão estar indicadas em projeto;
- O projeto executivo deverá ser submetido à análise e aprovação da Fiscalização MPRJ.

2.2 Locação de escoramento metálico, conforme projeto executivo (item 2.1), incluindo serviços de inspeções mensais

Deverá ser contemplada uma vistoria técnica mensal, durante todo o período contratual.



Os serviços de inspeção mensal deverão avaliar, principalmente, a integridade física das torres, a estabilidade, apoio e fixação dos equipamentos, bem como demais verificações técnicas necessárias.

Em cada uma das inspeções realizadas deverá ser elaborado relatório fotográfico, conforme solicitação da equipe de Fiscalização MPRJ, a qual analisará a documentação a ser entregue.

Notas gerais:

- O projeto deverá ser elaborado conforme NBR 15696 e demais normas aplicáveis;
- Os serviços deverão ser executados observando as Normas Técnicas aplicáveis da ABNT e as informações contidas neste Termo de Referência, bem como as determinações da Fiscalização;
- Consideram-se incluídos os serviços de movimentação das peças nos depósitos, carregamento do veículo de transporte, o traslado para o local do serviço, descarga do veículo de transporte, transporte horizontal e vertical e a montagem;
- Da mesma forma, os serviços similares requeridos pela futura desmobilização dos equipamentos ao término da locação;
- Consideram-se incluídos todos os materiais, mão de obra especializada, equipamentos, projetos, documentos, certidões e outros serviços necessários, mesmo que não explicitamente descritos nesta especificação, porém indispensáveis para a perfeita entrega e conclusão do serviço proposto.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Setor	Responsável / Cargo	Assinatura
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	Carlos Eduardo Cavalcanti Fontes Wichrowski (Engenheiro Civil – Fiscal de Obras)	Carlos Eduardo Cavalcanti Fontes Wichrowski <small>Assinado de forma digital por Carlos Eduardo Cavalcanti Fontes Wichrowski Dados: 2022.03.24 17:18:16 -03'00'</small>
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	Cesar Soutinho de Mello (Gerente de Fiscalização de Obras)	Cesar Mello <small>Assinado de forma digital por Cesar Mello Dados: 2022.03.24 17:50:55 -03'00'</small>



OBRA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SEDE CRAAI DUQUE DE CAXIAS

LOCAL: R GENERAL DIONÍSIO, S/N, QUADRA 115, DUQUE DE CAXIAS, RJ

NATUREZA: CONTRATAÇÃO DE PROJETOS DE FUNDAÇÕES, ESTRUTURA E INSTALAÇÕES PREDIAIS

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - Estimativa

10 = mai-22

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	PREÇO (R\$)		Percentual	30 dias	60 dias	90 dias	120 dias	150 dias	180 dias	210 dias	240 dias	270 dias	300 dias	330 dias	360 dias	
					UNITÁRIO	TOTAL														
01 - SERVIÇOS DE LABORATÓRIO, ESCRITÓRIO E CAMPO							63.420,00	100,00%	14,24%	7,38%	7,38%	7,38%	7,38%	7,38%	7,38%	7,38%	7,38%	7,38%	11,97%	
								9.030,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	7.590,00	
1.01	COTAÇÃO	PROJETO, ENTREGA, DESCARGA, MONTAGEM DE CONJUNTO DE 10 TORRES DE ESCORAMENTO E 112 ESCORAS METÁLICAS, INCLUSIVE ARTS.	CONJ	1,00	4.350,00	4.350,00		100,00%										0,00%	0,00%	
								4.350,00											-	
1.02	COTAÇÃO	LOCAÇÃO DE CONJUNTO DE 10 TORRES DE ESCORAMENTO COM VISTORIA MENSAL SENDO 5 UNIDADES TORRES COM 1,00x1,00x4,10 E 5 UNIDADES COM 1,00x1,00x3,00	MÊS(ES)	12,00	3.150,00	37.800,00		8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	
								3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00	
1.03	COTAÇÃO	LOCAÇÃO DE 112 ESCORAS METÁLICAS ATÉ 3,3M COM VISTORIA MENSAL	MÊS(ES)	12,00	1.530,00	18.360,00		8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	8,34%	
								1.530,00	1.530,00	1.530,00	1.530,00	1.530,00	1.530,00	1.530,00	1.530,00	1.530,00	1.530,00	1.530,00	1.530,00	
1.04	COTAÇÃO	DESMONTAGEM E RETIRADA DE CONJUNTO DE 10 TORRES DE ESCORAMENTO E 112 ESCORAS METÁLICAS	CONJ	1,00	2.910,00	2.910,00													100,00%	
																			2.910,00	
TOTAL DE SERVIÇOS							63.420,00	100,00%	14,24%	7,38%	7,38%	7,38%	7,38%	7,38%	7,38%	7,38%	7,38%	7,38%	7,38%	11,97%
								9.030,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	4.680,00	7.590,00	



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

LOTE ÚNICO				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1.01	PROJETO, ENTREGA, DESCARGA, MONTAGEM DE CONJUNTO DE 10 TORRES DE ESCORAMENTO E 112 ESCORAS METÁLICAS, INCLUSIVE ARTs.	1	R\$ 4.350,00	R\$ 4.350,00
1.02	LOCAÇÃO DE CONJUNTO DE 10 TORRES DE ESCORAMENTO COM VISTORIA MENSAL. SENDO 5 UNIDADES TORRES COM 1,00x1,00x4,10 E 5 UNIDADES COM 1,00x1,00x3,00	12	R\$ 3.150,00	R\$ 37.800,00
1.03	LOCAÇÃO DE 112 ESCORAS METÁLICAS ATÉ 3,5M COM VISTORIA MENSAL	12	R\$ 1.530,00	R\$ 18.360,00
1.04	DESMONTAGEM E RETIRADA DE CONJUNTO DE 10 TORRES DE ESCORAMENTO E 112 ESCORAS METÁLICAS	1	R\$ 2.910,00	R\$ 2.910,00
			VALOR TOTAL	R\$ 63.420,00



OBRA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SEDE CRAAI DUQUE DE CAXIAS

LOCAL: R GENERAL DIONÍSIO, S/N, QUADRA 115, DUQUE DE CAXIAS, RJ

NATUREZA : CONTRATAÇÃO DE PROJETOS DE FUNDAÇÕES, ESTRUTURA E INSTALAÇÕES PREDIAIS

RESUMO - Estimativa

lo = mai-22

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	PREÇO (R\$)	
					UNITÁRIO	TOTAL
01 - SERVIÇOS DE LABORATÓRIO, ESCRITÓRIO E CAMPO						63.420,00
TOTAL DE SERVIÇOS						63.420,00



CONTRATO MPRJ Nº ____/2022

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESCORAMENTO METÁLICO PARA AS LAGES DE COBERTURA DO SUBSOLO, TÉRREO, 6ª E 7ª PAVIMENTOS DO EDIFÍCIO-SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA COMARCA DE DUQUE DE CAXIAS, LOCALIZADO NA RUA GENERAL DIONÍSIO, QUADRA 115, JARDIM 25 DE AGOSTO, DUQUE DE CAXIAS - RJ, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E XXXXXXXXXXXXXXXX.

PROCESSO SEI-MPRJ 20.22.0001.0056702.2021-19

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com sede na Avenida Marechal Câmara, n.º 370, Centro, Rio de Janeiro - RJ, inscrito no CNPJ sob o n.º 28.305.936/0001-40, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Exmo. Secretário-Geral do Ministério Público, **Dr. DIMITRIUS VIVEIROS GONÇALVES**, conforme delegação de poderes contidos na Resolução GPGJ n.º 2.395, de 19.01.2021, publicada em 21.01.2021 na edição n.º 551 do Diário Oficial Eletrônico do MPRJ, e XXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, portador do documento de identidade n.º XXXXXXXXXXXX, XX, e do CPF n.º XXXXXXXXXXXX, perante testemunhas firmadas ao final, celebram entre si o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/21 e pelas cláusulas a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto deste contrato é a prestação de serviços de locação, transporte, montagem e desmontagem de escoramento metálico para as lages de cobertura do subsolo, térreo, 6ª e 7ª pavimentos do edifício-sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro na Comarca de Duque de Caxias, localizado na rua General Dionísio, Quadra 115, Jardim 25 de Agosto, Duque de Caxias - RJ, de acordo com as especificações estabelecidas nos Anexos 1 (Projeto Básico) e 2 (Proposta Comercial), que integram o presente Termo, independentemente de suas transcrições, para todos os fins e efeitos legais, naquilo que não conflitar.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - A execução do objeto deste contrato será acompanhada pelo Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** - Secretaria de Engenharia e Arquitetura / Diretoria de Obras / Gerência de Fiscalização de Obras - o qual será, também, responsável pela sua avaliação, recebimento e aceite.



2.2 - A CONTRATADA deverá credenciar, por escrito, junto ao Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**, um representante com poderes para tomar quaisquer providências relativas ao presente contrato.

2.3 - Os serviços objeto do presente contrato deverão ser desenvolvidos nos termos do Anexo 1 (Projeto Básico), devendo a **CONTRATADA** disponibilizar toda a mão de obra, os materiais e equipamentos necessários à sua execução.

2.4 - A CONTRATADA deverá cumprir fielmente todas as disposições legais referentes ao objeto deste contrato, inclusive no que concerne ao fornecimento aos seus empregados ou prepostos de todos os equipamentos e/ou complementos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, em razão da natureza dos serviços, e, ainda, as que venham a ser emitidas pelo **CONTRATANTE** acerca das medidas de segurança interna e externa, de higiene, medicina do trabalho e ambientais, responsabilizando-se pela orientação dos seus empregados, promovendo o seu treinamento, quando necessário.

2.5 - A CONTRATADA deverá providenciar a imediata correção de quaisquer deficiências apontadas pelo Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**, relativas à execução do objeto deste Contrato.

2.6 - Os serviços prestados pela **CONTRATADA** estarão sujeitos à aceitação pelo Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**, ao qual caberá o direito de recusa, caso os mesmos não estejam de acordo com as especificações do presente Termo e de seu Anexo 1 (Projeto Básico).

2.6.1 - O aceite dos serviços será formalizado pelo Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**, através da aposição do Atesto de Aceite na respectiva Nota Fiscal, nos termos do Anexo 1 (Projeto Básico).

2.7 - A CONTRATADA ficará obrigada, às suas expensas, a refazer e/ou modificar a prestação dos serviços de modo a adequá-los às especificações do presente contrato e de seus anexos, na parte que vier a ser recusada, sendo que o ato de recebimento dos mesmos não importará na sua aceitação que, conforme a sua natureza, somente se consumará com a emissão do Atesto de Aceite emitido pelo Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** na respectiva nota fiscal.

2.8 - A CONTRATADA terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da comunicação feita pelo Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**, para promover a reexecução e/ou modificação dos serviços, na parte que vier a ser recusada, nos termos dos itens 2.6 e 2.7 deste contrato, salvo se prazo ou procedimento diverso for estabelecido no Anexo 1 (Projeto Básico).

2.9 - A execução do objeto do contrato deverá seguir rigorosamente as especificações e os prazos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, para efeito de medição, faturamento e pagamento.

2.9.1 - Visando sempre ao melhor desempenho da execução dos serviços, a critério do Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**, poderão ser antecipados serviços e fracionadas etapas, para efeito de medição, faturamento e pagamento.

2.9.2 - A CONTRATADA deverá apresentar planilha de medição mensal contendo a descrição dos serviços executados e as memórias de cálculo do levantamento de quantitativos, com base no Cronograma Físico-Financeiro. As medições mensais serão submetidas à apreciação do Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**, ficando a seu critério a sua aprovação, para efeito de faturamento e pagamento.



2.9.3 - As medições mensais apresentadas pela **CONTRATADA** serão efetuadas com base nas unidades e até o limite dos valores e quantidades máximas de serviços previstos no Cronograma Físico-Financeiro, ressalvado o disposto no item 2.9.1 deste Contrato.

2.9.4 - O recebimento de cada etapa da execução será feito pelo Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**, que promoverá a aferição do seu adimplemento, recebimento e aceite, com aposição do Atesto de Aceite na respectiva fatura apresentada pela **CONTRATADA**.

2.10 - Quaisquer tolerâncias, concessões ou liberalidades do **CONTRATANTE** para com a **CONTRATADA**, quando não manifestadas por escrito, não constituirão precedentes invocáveis por esta e não terão o poder de alterar as obrigações pactuadas no presente contrato e seus anexos.

2.11 - Quaisquer serviços, prazos, materiais e/ou equipamentos constantes das especificações técnicas do objeto deste contrato somente poderão ser alterados mediante autorização expressa do Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**, observando-se o disposto no art. 117, §2º, da Lei n.º 14.133/2021 e na Resolução GPGJ n.º 2.453, de 27 de janeiro de 2022.

2.12 - À **CONTRATADA** é vedada a subcontratação total do objeto deste contrato.

2.12.1 - A **CONTRATADA**, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do serviço, com prévia autorização e até o limite admitido pelo Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**, comprovando a idoneidade técnica do subcontratado para a execução do serviço.

2.12.2 - Quando autorizada pelo **CONTRATANTE** a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, a **CONTRATADA** deverá realizar a supervisão e coordenação das atividades, bem como responderá perante o **CONTRATANTE** MPRJ pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

2.13 - A execução do objeto deste contrato será desenvolvida de acordo com as condições estabelecidas no Anexo 1 (Projeto Básico), mediante entendimento prévio com o Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** - Secretaria de Engenharia e Arquitetura / Diretoria de Obras, em dias úteis, no horário das 10:00 às 17:00 horas, pessoalmente, na Av. Marechal Câmara, n.º 350, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, ou através de contato pelos telefones n.ºs (21) 2262-1668 ou 2262-7021, salvo determinação em contrário, caso em que será comunicado à **CONTRATADA**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - Dá-se a este Contrato o valor global de XXXXXXXX para a execução do seu objeto, conforme previsto nas Cláusulas Primeira e Segunda.

3.2 - O pagamento será efetuado através do processo de fatura, em conformidade com a Lei 287/79, mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, que uma vez efetivado dar-se-á por liquidada a obrigação.

3.3 - O pagamento será efetuado em 12 (doze) etapas, de acordo com os percentuais de execução estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, observando-se o valores constantes da planilha orçamentária do contrato.



3.3.1 - O pagamento será efetuado após a conclusão de cada etapa de execução, no prazo de 20 (vinte) dias, contado da apresentação, pela **CONTRATADA**, no Protocolo-Geral do MPRJ, situado na Avenida Marechal Câmara, nº 370, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, da fatura, instruída com o necessário Atesto de Aceite, firmado pelo Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** na respectiva nota fiscal, conforme disposto neste contrato.

3.3.2 - A **CONTRATADA** poderá encaminhar a fatura por e-mail ao Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**, que deverá protocolar incontinenti a cobrança, através do Protocolo-Geral ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-MPRJ), para efeito do item 3.3.1 desta cláusula.

3.3.3 - Na hipótese do item 3.3.2, a fatura deverá ser encaminhada pela **CONTRATADA**, em dias úteis, até às 15:00 hs. As faturas enviadas após esse horário serão protocolizadas pelo Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** no primeiro dia útil subsequente.

3.3.4 - A ausência de qualquer documento ou formalidade mencionada no item 3.3.1 acarretará a suspensão do pagamento à **CONTRATADA** até que seja suprida a exigência.

3.4 - Em caso de atraso no pagamento efetuado pelo **CONTRATANTE**, da fatura apresentada pela **CONTRATADA**, esta fará jus à compensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, que será feita "*pro rata die*", para tal utilizando-se o menor índice de inflação, correspondente aos dias de atraso, dentre o IGPM/FGV e o IPCA/IBGE, sem prejuízo da incidência dos juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, "*pro rata die*".

3.5 - Caso o pagamento devido seja antecipado pelo **CONTRATANTE**, o respectivo montante sofrerá desconto proporcional, cujo valor será determinado pela variação "*pro rata die*" do menor índice de inflação, correspondente aos dias de antecipação, dentre o IGPM/FGV e o IPCA/IBGE.

3.6 - A compensação financeira e os juros moratórios não incidirão sobre os dias de atraso no adimplemento da obrigação ou na apresentação da respectiva fatura, caso o atraso seja decorrente de fato atribuível à **CONTRATADA** (artigo 92, inciso V, da Lei 14.133/21).

3.7 - A forma de pagamento especificada no item 3.3 poderá ser modificada, desde que haja interesse do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**, sempre no sentido de melhorar o desenvolvimento dos trabalhos para a integral execução do objeto deste Contrato.

3.8 - O critério de reajuste atenderá o disposto na Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, ou em outra legislação que venha substituí-la, tomando-se como data inicial da contagem da periodicidade anual a data do orçamento em que se baseou a proposta de preços da **CONTRATADA**.

3.8.1 - O índice a ser adotado para o reajuste a que se refere o item anterior será o INCC/FGV, admitindo-se, ainda, a livre negociação entre os contratantes, sempre no sentido de se obter preço mais vantajoso para a Administração, em atenção aos princípios da eficiência e da economicidade.

3.9 - O reajuste não se operará automaticamente e dependerá de solicitação expressa da **CONTRATADA**, no prazo máximo de 30 dias, contado do termo final do período anual a que se refere o item 3.8.

3.9.1 - Caso não seja observado o prazo fixado no subitem 3.9, o reajuste somente surtirá efeitos a partir da data em que efetivamente for veiculado o requerimento por meio do Protocolo-Geral do MPRJ.



3.9.2 - Em qualquer hipótese, o reajuste será calculado considerando, no máximo, a variação do índice acumulado desde a data do orçamento em que se baseou a proposta de preços ou do último reajuste concedido.

3.10 - Será descontado de pagamento devido pelo **CONTRATANTE** o valor de eventual multa imposta à **CONTRATADA** em razão de infração ocorrida durante a execução contratual.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado da data indicada no Termo de Início dos Serviços, expedida pelo Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE**, incluindo-se o dia inicial e excluindo-se o do vencimento.

4.2 - Caso a obra de reforço seja concluída antes do prazo indicado no item 4.1, o presente contrato será encerrado antecipadamente, mediante a antecipação da etapa de desmontagem prevista no Cronograma Físico-Financeiro, sendo certo que o pagamento ocorrerá com base nas etapas e serviços efetivamente executados.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1 - Durante a execução do objeto deste contrato, fica reservada ao Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** autonomia para dirimir e decidir todos e quaisquer casos ou dúvidas que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos neste contrato e seus Anexos.

5.2 - O Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços objeto deste contrato, podendo, a qualquer tempo, exigir da **CONTRATADA** que forneça os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas aos serviços, tais como dados estatísticos, demonstrativos de custos, notas fiscais, mapa de registro e controle dos serviços, etc.

5.2.1 - A **CONTRATADA** deverá acatar a fiscalização do Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo a todas as solicitações de informações.

5.3 - A fiscalização efetuada pelo Órgão Fiscalizador não exclui nem reduz as responsabilidades da **CONTRATADA** perante o **CONTRATANTE** e/ou terceiros.

5.4 - Qualquer comunicação ou notificação do **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas do seu recebimento, submetendo-se, a **CONTRATADA**, às sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação não seja cumprida.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA PRORROGAÇÃO E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO



6.1 - O presente contrato poderá, a critério do **CONTRATANTE** e atendendo aos pressupostos de conveniência e oportunidade administrativas, ser prorrogado e alterado nos termos da Lei n.º 14.133/21.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1- A **CONTRATADA** será a única responsável pelas obrigações decorrentes dos contratos de trabalho de seus empregados, inclusive por eventuais inadimplementos trabalhistas em que possa incorrer, não podendo ser argüida solidariedade nem responsabilidade subsidiária do **CONTRATANTE**, não existindo, por conseguinte, qualquer vinculação empregatícia entre seus empregados e o **CONTRATANTE**.

7.2- A **CONTRATADA** se obriga a manter, por sua conta exclusiva, em companhia seguradora de idoneidade reconhecida, todos os seguros exigidos por lei, além dos de responsabilidade civil e de pessoal, dos equipamentos e veículos que utilizar na prestação dos serviços, com vigência durante todo o período contratual, sendo a única responsável por quaisquer danos que venha a sofrer, ou que venham a sofrer os seus empregados, prepostos e terceiros, independentemente de dolo ou culpa, decorrentes de sinistros ocorridos durante a execução e/ou em razão da execução dos serviços, nas dependências, instalações, materiais e equipamentos do **CONTRATANTE**.

7.3- A **CONTRATADA** será responsável pela salvaguarda da integridade física do seu pessoal e de terceiros, bem como de seus bens materiais, sendo de sua exclusiva responsabilidade a adoção de todas as medidas de segurança contra acidentes que impliquem em risco de vida ou danos materiais. Para tal, a **CONTRATADA** deverá cumprir fielmente o estabelecido na legislação em vigor no que concerne à segurança do trabalho, bem como deverá obediência a todas as normas que devam ser adotadas, ficando, em consequência, por sua conta e responsabilidade qualquer dano que venha a ocorrer.

7.4- A **CONTRATADA** será responsável pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos e, ainda, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas, e por todos os danos que, a qualquer título, causar ao **CONTRATANTE**, bem como a terceiros, em virtude da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores.

7.5- Os danos que venham a ocorrer serão ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo estipulado na notificação administrativa à **CONTRATADA**, sob pena de multa.

7.6- O custo decorrente do fornecimento dos produtos, bem como de todos os demais serviços, assim como quaisquer ônus, taxas e emolumentos que sobre este recaiam, correrão única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da **CONTRATADA**.

7.7- A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação (artigo 92, XVI, da Lei 14.133/21).

7.8 - O Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** ou os órgãos do **CONTRATANTE** responsáveis pelo pagamento das faturas poderão, a qualquer tempo, durante o período contratual, exigir a comprovação da regularidade jurídica e fiscal da **CONTRATADA**.



8. CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes sanções administrativas, ressalvadas as disposições especiais previstas no Anexo 1 (Projeto Básico);

I - advertência;

II - multa de mora, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado no adimplemento da obrigação, calculada sobre o valor contratual atualizado correspondente à parcela de execução em atraso, até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do presente contrato;

III - multa pela inexecução total ou parcial do contrato, graduável conforme a gravidade da infração, no percentual máximo de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato ou do empenho;

IV - impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a 03 (três) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da lei.

8.2 - As multas previstas no item 8.1 II e III podem ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com quaisquer das demais penalidades e têm o objetivo de reprimir, em especial, condutas que tenham gerado prejuízo pecuniário ou imprimir maior proporcionalidade entre a conduta praticada e a resposta da Administração, em especial nos casos de reincidência.

8.3 - A **CONTRATADA** que praticar quaisquer das condutas elencadas no inciso IV do art. 5º da Lei n.º 12.846/2013, ficará sujeita às sanções previstas no art. 6º, I e II, do mesmo diploma legal.

9. CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O **CONTRATANTE** poderá extinguir o presente Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, caso ocorram quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei 14.133/21, por ato unilateral e escrito, na forma do art. 138, I e §1º, da mesma Lei.

9.1.1 - Constituem motivos para a extinção deste Contrato, além daqueles especificados no art. 137 da Lei 14.133/21, o fato de a **CONTRATADA**:

a) sofrer protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade jurídico-financeira;

b) quebrar o sigilo profissional;



c) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições ora contratadas;

d) vier a ser declarada inidônea ou punida com proibição de licitar por qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

9.2 - Quando a extinção ocorrer com base no art. 137, §2º, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, na forma do art. 138, §2º, da Lei 14.133/21.

9.3 - A extinção do Contrato poderá ocorrer, também, de forma amigável, nos termos do artigo 138, II, da Lei 14.133/21.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

10.1 - As partes obrigam-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei n.º 13.709/2018.

10.2 - No presente contrato, o **CONTRATANTE** assume o papel de controlador, nos termos do artigo 5º, VI da Lei n.º 13.709/2018, e a **CONTRATADA** assume o papel de operador, nos termos do artigo 5º, VII da Lei n.º 13.709/2018.

10.3 - A **CONTRATADA** deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pelo **CONTRATANTE** ou eventualmente acessados em seus registros, e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização do **CONTRATANTE**, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

10.4 - As partes deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, imediatamente e em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.

10.5 - As partes se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes, especialmente a ABNT NBR ISO 27701:2019 e seus normativos (ANEXO A - Referências específicas e objetivos de controle para Controladores de Dados Pessoais) e (ANEXO B - Referências específicas e objetivos de controle para Operadores de Dados Pessoais).

10.6 - O **CONTRATANTE** terá o poder-dever de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da conduta da **CONTRATADA** perante as obrigações assumidas para a proteção de dados pessoais, no que diz respeito à execução deste contrato.

10.7 - As partes ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei n.º 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.



10.8 - As partes darão conhecimento formal a seus agentes, empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

10.9 - A **CONTRATADA** cooperará com o **CONTRATANTE** no cumprimento dos deveres inerentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais, previstos na Lei n.º 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, assim como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

10.10 - Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e de acordo com o que dispõe o Capítulo VI, Seção III, da Lei n.º 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS TRIBUTOS E DESPESAS

11.1 - Constituirá encargo exclusivo da **CONTRATADA** o pagamento de tributos, custos e emolumentos decorrentes da execução deste Contrato, bem como de quaisquer despesas decorrentes da sua formalização, devendo ser observadas, se for o caso, as disposições do Convênio ICMS nº 026/03, na ocasião da emissão da Nota Fiscal.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.

12.1 - O presente Contrato não pode ser objeto de cessão ou transferência, a qualquer título, no todo ou em parte.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DESPESA

13.1 - As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho nº XXXXXXXXXXXX, Elemento de Despesa nº XXXXXXXXXXXX do Orçamento do Exercício de 2022.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

14.1 - O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (DOe-MPRJ: www.mprj.mp.br), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo estabelecido no artigo 94 da Lei n.º 14.133/21.

14.2- Após a publicação, a cópia digitalizada do presente instrumento será disponibilizada no Portal da Transparência do MPRJ e enviada por correio eletrônico à **CONTRATADA**.

14.3- Se houver, a via física original da **CONTRATADA** ficará disponível para retirada na Diretoria de Licitações e Contratos, pelo prazo de até 30 (trinta) dias a contar da publicação, e será descartada após esse prazo.



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

15.1 - O presente termo de contrato é ajustado independentemente de licitação, com fundamento no art. 75, I, da Lei n.º 14.133/21, conforme justificativa constante do processo SEI-MPRJ 20.22.0001.0056702.2021-19.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - O foro do presente Contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, excluído qualquer outro.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Rio de Janeiro, de de .

DIMITRIUS VIVEIROS GONÇALVES
Secretário-Geral do Ministério Público

XXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHA
CPF nº

TESTEMUNHA
CPF nº